



TRIBUNA PARLAMENTAR

Informativo da Assembleia Legislativa de Pernambuco - Ano XI - nº 99 - Abril de 2011



FOTO: BRENNO LARQUIETTERA

SHOW PIROTÉCNICO CELEBRA OS 176 ANOS DA ASSEMBLEIA

Página 3

Adin contra taxas de marinha

RINALDO MARQUES



A Alepe conquistou uma importante vitória no Supremo Tribunal Federal (STF) referente aos terrenos de marinha. No último dia 16 de março, o STF concedeu liminar favorável à Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) ajuizada pela Casa.

Página 7

Projeto traz clássicos do rock

JOÃO BITA



A Banda Má Companhia emocionou o público, durante a edição de abril do Projeto Segunda Cultural, com clássicos do rock e uma homenagem ao cantor Lula Côrtes, falecido no mês passado. Carla Vaz abriu a noite.

Página 8

ARTIGO

VITÓRIA HISTÓRICA DA ALEPE

Guilherme Uchoa *

A Assembleia Legislativa de Pernambuco conquistou, este mês, um feito inédito no País: a importante vitória no Supremo Tribunal Federal (STF) contra os terrenos de marinha, beneficiando milhares de proprietários de imóveis de todo o Brasil.

Esse fato pioneiro teve início em julho de 2009, quando, por iniciativa nossa, da Mesa Diretora desta Casa, a Procuradoria Geral da Alepe ingressou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) no STF contra as novas demarcações de terrenos de marinha no País e a forma de notificação dos proprietários de imóveis situados nessas áreas.

A Assembleia assegurava, então, sua participação em um debate jurídico de interesse de toda a nação: o questionamento da legalidade da cobrança, pela União, das taxas que incidem sobre os terrenos de marinha.

A Adin por nós impetrada teve como objeto o artigo 11 do Decreto-Lei nº 9.760, de 1946, com a nova redação que lhe foi dada pelo artigo 5º da Lei Federal nº 11.481/2007. A alteração da norma estabeleceu a notificação por edital para demarcação dos terrenos de marinha, em vez da notificação pessoal, como era anteriormente.

Entendemos, portanto, que se tratava de uma flagrante violação aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa.

No último dia 16 de março, foi concluído o julgamento da Adin, tendo o novo ministro do Supremo Tribunal Federal, Luiz Fux, desempatado em favor da Assembleia Legislativa de Pernambuco. Com isso, os contribuintes poderão voltar a receber notificação pessoal a respeito de eventuais novas demarcações de terrenos de marinha e, assim, ter o direito a ampla defesa de suas propriedades. Tal medida, inclusive, já é considerada como um grande passo para a extinção das cobranças indevidas sobre esses terrenos.

Com a vitória, a Casa Joaquim Nabuco atendeu a um pleito antigo da população e também se alinhou ao Congresso Nacional, onde foi criada uma subcomissão presidida



pelo deputado federal José Chaves (PTB-PE), autor de um projeto de lei que também combate a cobrança das taxas. Além de José Chaves, a ação da Alepe teve o apoio da S.O.S. Terrenos de Marinha, entidade civil sem fins lucrativos.

Levantamento feito pela entidade em 41 bairros do Recife, no ano de 2008, apontou um reajuste abusivo desses impostos, da ordem de 382,06%, sendo que a inflação do período foi de apenas 5,9%.

Para compreender a natureza abusiva e anacrônica dos tributos que incidem sobre terrenos de marinha, são necessárias algumas considerações de caráter histórico e jurídico. A cobrança dessas taxas foi instituída pelo Império brasileiro, como medida de segurança e defesa nacional, e estabeleceu um regime especial de autorização para uso e ocupação da faixa litorânea brasileira.

O Decreto-Lei nº 9.760/1946, que inclui os terrenos de marinha entre os bens

públicos pertencentes à União, toma como base a posição das linhas da preamar (maré alta) média do ano de 1831, limite há muito transposto pela ação das marés.

Mesmo após a superação do argumento da defesa territorial e, apesar das dúvidas que rondavam a demarcação desses terrenos, a Secretaria do Patrimônio da União (SPU), por meio da Lei nº 11.481/2007, alterou de forma arbitrária os parâmetros de cobrança dos impostos, ampliando seu poder de arrecadação sem

considerar os direitos e interesses de milhares de famílias brasileiras.

A nova redação do artigo nº 11 do Decreto-Lei 9.760 determinou que a SPU, visando efetuar a demarcação dos terrenos de marinha, deveria convidar os interessados por edital, para que apresentassem plantas,

documentos comprobatórios e outros esclarecimentos relativos às delimitações. Ocorre que a União suprimiu o direito de defesa dos interessados ao realizar a notificação via edital que, além de genérica,

não tratava os casos de forma individualizada.

De acordo com a tradição jurídica, deve-se citar pessoalmente ou intimar a pessoa física ou jurídica, desde que seja réu ou interessado na ação, para que tenha a oportunidade de defesa ou contestação. Já a citação por edital supunha a ignorância ou incerteza sobre quem devesse ser comunicado, ou sobre o lugar em que se encontrasse.

A Secretaria do Patrimônio da União vinha, até agora, demarcando os terrenos sem garantir aos prejudicados o contraditório e a ampla defesa, obrigando o proprietário do imóvel a arcar com as despesas das taxas, que, não sendo pagas, poderiam ocasionar a perda da propriedade.

Entendemos que o único sentido disso era a arrecadação fiscal, já que se trata de uma lei sem parâmetros, uma vez que não se conhecem os métodos utilizados pela SPU para tributar. A cobrança sempre foi aleatória e, de donos, os proprietários passavam a ser meros ocupantes dos terrenos e devedores da União.

A nossa percepção é de que a norma vigente sobre os terrenos de marinha provocava imensa insegurança jurídica, uma vez que os proprietários tinham seus imóveis onerados por taxas com imprevisíveis reajustes anuais, desvinculadas de qualquer índice inflacionário.

Consideramos, ainda, que a cobrança dos tributos, em último caso, traz prejuízos ao Estado Democrático de Direito, por sua vez amparado na exigência de leis estáveis, com efeitos jurídicos previsíveis. A União não pode mais ignorar o fato de que, no centro do debate, estão as economias de uma vida acumuladas pelo cidadão no esforço para adquirir um bem.

Ao formular a Adin em questão, a Casa Joaquim Nabuco se manifestou, mais uma vez, e de forma pioneira, em defesa do cidadão comum. Alcançamos um feito inédito no Supremo Tribunal Federal, que, 180 anos depois, apreciou, graças a nossa iniciativa, a questão dos terrenos de marinha. Essa conquista é de Pernambuco e de todo o povo brasileiro.

* **Presidente da Assembleia Legislativa e deputado pelo PDT**

"Ao formular a Adin em questão, a Casa Joaquim Nabuco se manifestou, mais uma vez, e de forma pioneira, em defesa do cidadão comum."

O artigo publicado é de estrita responsabilidade do autor.

O Jornal Tribuna Parlamentar é uma publicação de responsabilidade da Assistência de Comunicação Social da Assembleia Legislativa - Departamento de Imprensa.

MESA DIRETORA: Presidente, Deputado Guilherme Uchoa; 1º Vice-Presidente, Deputado Marcantônio Dourado; 2º Vice-Presidente, Deputado Edson Vieira; 1º Secretário, Deputado João Fernando Coutinho; 2º Secretário, Deputado Sérgio Leite; 3º Secretário, Deputado Henrique Queiroz; 4º Secretário, Deputado Eriberto Medeiros. Assistente de Comunicação Social: Cláudia Lucena. Chefe do Departamento de Imprensa: Marconi Glauco. Editor: Marconi Glauco. Revisão: Cláudia Lucena e Marconi Glauco. Redatores: Fernanda Rodrigues, Isabelle Costa Lima, Larissa Rodrigues, Renata Varjal, Sandra Salisvânia, Talita Arruda e Yanna Araújo. Estagiários: Paulo Maciel e Silvannir Jaques. Gerente de Fotografia: Roberto Soares. Edição de Fotografia: Breno Laprovitera. Fotógrafos: João Billa, Moisés Barbosa e Rinaldo Marques. Tratamento de Imagem: Cláudio Coutinho. Diagramação e Editoração Eletrônica: Anderson Galvão e Alécio Nicolak Júnior. Endereço: Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, nº 631 - Recife-PE. Fone: 3183-2368. Fax 3183-2107. PABX 3183.2211.



Nosso endereço na Internet: <http://www.alepe.pe.gov.br> - E-mail: dcomunic@alepe.pe.gov.br

ANIVERSÁRIO DA ALEPE

176 ANOS EM DEFESA DOS PRINCÍPIOS DEMOCRÁTICOS

Um show pirotécnico às margens do Rio Capibaribe e uma reunião solene especial aberta ao público marcaram, no último dia 5, os 176 anos do Poder Legislativo, comemorados em 1º de abril. Durante a cerimônia, o presidente Guilherme Uchoa (PDT) enalteceu o compromisso da Casa com os princípios democráticos do povo pernambucano. O deputado lembrou as lutas dos ex-parlamentares, como a do patrono da Alepe, Joaquim Nabuco, pelo fim da escravidão.

"Os esforços do passado servem de inspiração para os atuais integrantes da Alepe. Ao longo dos anos, esta Casa tem se fortalecido e atuado de forma harmônica com os Poderes Executivo e Judiciário. A prova da altivez deste Parlamento pode ser vista, por exemplo, com a vitória recente, no Supremo Tribunal Federal, onde ingressamos com uma Adin (Ação Direta de Inconstitucionalidade) que questionou o formato de cobrança das taxas dos terrenos de marinha", enfatizou o presidente da Casa.

Para o 1º secretário, deputado João Fernando Coutinho (PSB), fazer parte do Parlamento Estadual é um privilégio, principalmente, neste período em que Pernambuco tem se destacado no cenário nacional. "Mais do que uma satisfação, é uma imensa responsabilidade, por termos o dever de continuar promovendo a justiça social e o crescimento econômico", observou.

Os líderes das bancadas também saudaram os 176 anos da Alepe. O deputado Antônio Moraes (PSDB), líder da Oposição, elogiou a proposta do ex-



Parlamentares e convidados prestigiaram reunião solene, que contou com a participação do Coral Vozes, da Alepe

deputado Tabosa de Almeida, que deu o nome do abolicionista Joaquim Nabuco à sede do Poder. "Os nobres exemplos do passado jamais serão esquecidos", complementou. O líder do Governo, deputado Waldemar Borges (PSB), reforçou o papel do Legislativo como guardião do Estado Democrático de Direito, "defendendo a dignidade humana, a igualdade de oportunidades e a afirmação plena da cidadania". "A data nos permite reverenciar esta Casa, que, legitimamente, espelha os valores democráticos e, generosamente, agasalha as aspirações do povo", ressaltou.

A Assistência de Preservação do Patrimônio Histórico da Assembleia coordenou os preparativos da comemoração. A assistente Cynthia Barreto destacou a relevância histórica da data. "Este Poder surgiu em uma época de conflitos, sonhos e transformações. Época de crise do sistema colonial, de repressão, de aspirações por liberdade, de anseios de mudanças políticas e sociais. Naquela fase, início do século XIX, Pernambuco enfrentava a tirania do Império, lutava por emancipação,



Bolo comemorativo ganhou forma do Palácio Joaquim Nabuco

direitos humanos e democracia. A província mantinha sua tradição de rebeldia, inconformismo e ideais progressistas", lembrou. Foi nesse clima de rebelião e lutas libertárias que a Assembleia Provincial de Pernambuco começou a funcionar, em 1º de abril de 1835.

Durante a reunião solene, o Coral Vozes de Pernambuco, formado por

funcionários da Alepe, entoou clássicos da MPB e os Hinos do Brasil e de Pernambuco. No final, parlamentares e autoridades presentes reuniram-se no Salão Nobre do Palácio Joaquim Nabuco para cortar o bolo, cujo formato, por sugestão da chefe da Assistência Legislativa, Ana Olímpia Severo, reproduziu a forma do prédio histórico.

FOTOS: ROBERTO SOARES E JOÃO BITA

COMISSÕES E FRENTES ACOMPANHAM DEMANDAS SOCIAIS

Larissa Rodrigues

Os interesses da população pernambucana são discutidos nas 16 Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa. Os colegiados são responsáveis por tratar de temas perenes, como a constitucionalidade dos projetos ou as finanças do Estado. Entretanto, para debater assuntos transitórios, ou acompanhar outras demandas da sociedade, os deputados contam com algumas ferramentas previstas no Regimento Interno da Casa. Duas delas são as Frentes Parlamentares e as Comissões Temporárias Especiais. Nesta legislatura, seis Frentes e quatro Comissões já foram instaladas.

Os direitos dos homossexuais e a reforma política são exemplos de questões escolhidas pelos deputados para a criação de dois desses mecanismos de atuação parlamentar, demonstrando a sintonia do Poder Legislativo de Pernambuco com discussões de âmbito nacional. A interiorização do desenvolvimento do Estado também estimulou a instalação de uma Frente na Alepe. A esses colegiados cabe, entre outras ações, incentivar debates, realizar audiências públicas e eventos semelhantes, como o intercâmbio com outras casas legislativas, objetivando o aperfeiçoamento recíproco das políticas estatais. Cabe, ainda, articular-se com órgãos públicos e privados e entidades da



Colegiados Especiais, como o da Usina Catende, têm duração de três meses, podendo haver prorrogação por igual período

sociedade civil, na busca de apoio para alcançar suas metas.

Para o presidente da Frente Parlamentar pela Cidadania LGBT, deputado Daniel Coelho (PV), existem assuntos que

merecem atenção especial em todas as esferas do Poder. "É o caso da cidadania LGBT. A discriminação e o preconceito contra esse segmento da sociedade ocorrem de forma permanente. Então, a dis-

cução deve ocorrer permanentemente também. A Frente possibilita a organização dos debates e a exposição desse tema no cenário estadual", frisou.

Para o presidente da Comissão Especial da Reforma Política, deputado Gustavo Negromonte (PMDB), a implantação do colegiado foi a maneira encontrada de inserir Pernambuco na discussão nacional. "Queríamos aprofundar o debate e dar nossa colaboração. Sentimos que a reforma é um dos anseios da sociedade e a Alepe não poderia ficar de fora. O Poder Legislativo pernambucano cumpre, assim, seu papel constitucional de servir de elo entre o povo e uma discussão nacional", disse.

Na opinião do deputado Raimundo Pimentel (PSB), que preside a Comissão Especial destinada a acompanhar as obras da Transposição do Rio São Francisco e da Ferrovia Transnordestina, é função da Assembleia fiscalizar essas duas iniciativas porque são as mais importantes do Nordeste brasileiro. "Juntando as duas, o investimento público é de mais de R\$ 10 bilhões. Entendemos que é preciso assegurar que não tenham problema de continuidade, que não paralitem", afirmou.

Já o presidente da Frente Parlamentar de Interiorização do Desenvolvimento, Rodrigo Novaes (PTC), considera positivo o fato de reunir no grupo deputados do



Comissão foi criada para acompanhar as obras de transposição do São Francisco e da Ferrovia Transnordestina

Interior. "São pessoas que conhecem de perto as demandas de cada região, o que torna o debate rico e proveitoso. É importante aproveitar esse momento histórico, em que temos um ministro da Integração Nacional sertanejo (Fernando Bezerra Coelho) e o nosso governador investindo no Interior, junto com o Governo Federal, e acompanhar de perto as discussões", ressaltou.

A duração de uma Frente é de dois anos, podendo ser prorrogada por igual período. Já as Comissões Especiais têm duração máxima de seis meses. Veja, abaixo, a relação completa de Frentes e Comissões Especiais criadas este ano.

FRENTES PARLAMENTARES

- Frente Parlamentar do Comércio Varejista de Pernambuco
Autor: Deputado Tony Gel (DEM)
- Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa
Autor: Deputado Sérgio Leite (PT)
- Frente Parlamentar de Interiorização do desenvolvimento do Estado
Autor: Deputado Rodrigo Novaes (PTC)
- Frente Parlamentar dos Direitos da Família
Autor: Deputado Pastor Cleilton Collins (PSC)
- Frente Parlamentar de Comunicação
Autor: Deputado Ricardo Costa (PTC)
- Frente Parlamentar pela Cidadania LGBT
Autor: Deputado Daniel Coelho (PV)

COMISSÕES ESPECIAIS

- Comissão Especial destinada a acompanhar a execução das obras estruturadoras da Transposição do Rio São Francisco e da Ferrovia Transnordestina.
Autor: Deputado Raimundo Pimentel (PSB)
- Comissão Especial da Usina Catende
Autor: Deputado Aluísio Lessa (PSB)
- Comissão Especial da Reforma Política
Autor: Deputado Gustavo Negromonte (PMDB)
- Comissão Especial para acompanhar a atualização do Serviço Móvel Pessoal e a implantação do Projeto Nacional de Banda Larga
Autor: Deputado Luciano Siqueira (PCdoB)



As Frentes, como a do Comércio Varejista de Pernambuco, podem buscar soluções para o assunto escolhido por até 4 anos



Frente Parlamentar pela Cidadania LGBT já realizou audiência pública com entidades da sociedade envolvidas com o tema

DEFESA DA DEMOCRACIA

BISPO DE PALMARES E ABCC RECEBEM MEDALHA FREI CANECA

Este ano, o Parlamento pernambucano contemplou o bispo da Diocese de Palmares, Dom Genival Saraiva, e a Associação Beneficente Criança Cidadã (ABCC) com a Medalha do Mérito Democrático e Popular Frei Caneca. Há três anos, a comenda é concedida, anualmente, pela Assembleia Legislativa a personalidades e instituições que se destacam na defesa da democracia e da igualdade de direitos. A entrega aconteceu no último dia 30 de março. A homenagem ao bispo Dom Genival foi sugerida pelo terceiro-secretário, deputado Henrique Queiroz (PR). Já o presidente da Casa Joaquim Nabuco, deputado Guilherme Uchoa (PDT), propôs a concessão da honraria à Associação Beneficente Criança Cidadã.

Na reunião solene, o trabalho desenvolvido pelo religioso, que está à frente da Diocese de Palmares há 11 anos, e o serviço prestado pela ABCC aos jovens que residem no bairro do Coque foram destacados. Para Queiroz, "Dom Genival é a imagem viva da solidariedade". Na ocasião, o bispo agradeceu a homenagem. "É com a consciência de estar em sintonia com a condição do povo de Palmares que aqui me encontro. Muito obrigado por me proporcionar este momento especial." A atuação de Dom Genival em defesa das vítimas das enchentes, em 2010, que atingiram 14 municípios da Mata Sul, ganhou visibilidade. Na época, ele apresentou a situação ao então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ao governador Eduardo Campos e à Assembleia Legislativa.

RECONHECIMENTO - O deputado Guilherme Uchoa destacou que a entrega da Medalha Frei Caneca à ABCC é o reconhecimento da Alepe e da sociedade à importância do trabalho desenvolvido pela entidade em busca de um País mais justo, com igualdade social. O juiz João Targino, idealizador de uma das ações da ABCC - a Orquestra Criança Cidadã Meninos do Coque-, enfatizou que o projeto busca fazer valer o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana.

A entidade agraciada, ABCC, surgiu em 2000, quando o então presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), desembargador Nildo Nery dos Santos, criou o Programa Criança Cidadã. Em 2003, transformou-se em uma entidade sem fins lucrativos, passando a assistir os jovens que residem no entorno do Fórum Joana Bezerra, no Coque. Atualmente, realiza programas sociais nas áreas de educação, esporte, lazer e profissionalização. Entre os projetos, destaca-se a Orquestra Meninos do Coque.



O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Guilherme Uchoa, entregou a Medalha do Mérito Democrático e Popular ao juiz João Targino, coordenador da Orquestra Criança Cidadã Meninos do Coque (acima). O Bispo de Palmares, Dom Genival Saraiva, recebeu a comenda das mãos do deputado Henrique Queiroz (foto ao lado), pelo trabalho que faz junto ao povo daquele município pernambucano



FOTOS: JOÃO BITA

JUSTIÇA

ASSEMBLEIA CONQUISTA VITÓRIA CONTRA TERRENOS DE MARINHA

A Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco (Alepe) conquistou uma importante vitória no Supremo Tribunal Federal (STF) referente aos terrenos de marinha. No último dia 16 de março, o STF concedeu liminar favorável à Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) ajuizada pela Procuradoria Geral da Alepe, questionando a legalidade da forma de cobrança das taxas sobre essas áreas. A iniciativa da Casa Joaquim Nabuco é pioneira no País.

Com a aprovação da Adin, os contribuintes poderão voltar a receber notificação pessoal a respeito de novas demarcações dos terrenos de marinha e, assim, ter o direito a ampla defesa de suas propriedades. A medida já é considerada como um grande passo para a extinção das cobranças indevidas sobre esses terrenos, cuja finalidade foi instituída em 1831, durante o Império, visando proteger o litoral brasileiro de possíveis invasões.

O presidente da Assembleia, deputado Guilherme Uchoa (PDT), ressaltou que a Alepe foi a única Casa Legislativa do Brasil a defender, juridicamente, os proprietários de imóveis localizados em terrenos de marinha. "Não existe sentido em manter uma taxa que não traz qualquer contrapartida para a população. Por isso mesmo, a Assembleia encampou essa luta e ingressou com a Adin no STF", frisou.

O procurador-geral da instituição, Ismar Teixeira Cabral, explicou que, desde 2007, a forma de cobrança havia sido alterada pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU). "As intimações vinham sendo publicadas em edital, no Diário Oficial da União, sem que os

contribuintes tomassem conhecimento." De acordo com o procurador, a decisão do Supremo vai beneficiar milhares de pessoas que vivem na região litorânea de todo o País. "Não cabe qualquer tipo de recurso e a decisão é satisfativa, retroagindo no tempo, já se encontrando em vigor e, pelo visto, o STF confirmará o mérito", completou.

A Adin teve o apoio da entidade civil, sem fins lucrativos, S.O.S. Terrenos de Marinha; e do deputado federal José Chaves, que, na Câmara dos Deputados, vem trabalhando o tema. "Trata-se de uma cobrança inteiramente descabida", afirmou Chaves, que luta pela extinção dos terrenos de marinha há mais de 15 anos.

"A decisão do STF suspende novas demarcações e remarcações sem a intimação pessoal dos legítimos proprietários dos imóveis", assegurou o advogado Ernesto Albuquerque, que defende os interesses da S.O.S. Terrenos de Marinha. O presidente da entidade, economista Severino Luiz de Araújo, destacou um levantamento que a instituição fez em 2009, mostrando que o Governo vem praticando reajustes absurdos nas taxas de marinha. "O aumento médio desse imposto em 41 bairros do Recife, ao longo de 2008, foi de 382,06%, quando em comparação ao exercício anterior. Mas a inflação no período foi de apenas 5,9%", constatou.

Um dos marcos mais notáveis da história de Pernambuco é a insurgência contra o arbítrio e a ilegalidade. Desta vez não foi diferente, alcançando-se um feito inédito no STF, que, 180 anos depois, apreciou a questão dos "terrenos de marinha, decidindo pelo



Procurador-geral da Assembleia, Ismar Teixeira

Estado de Direito, pela ampla defesa e pelo devido processo legal, garantias fundamentais do regime democrático". A decisão do STF em favor da Assembleia Legislativa foi fundamental para frear a cobrança das taxas sobre os terrenos de marinha

TERRENOS FORAM DELIMITADOS DURANTE O IMPÉRIO

Porção de terra localizada a 33 metros da linha de preamar (nível médio da maré), os chamados terrenos de marinha foram delimitados à época do Império para

garantir a segurança e defender o território nacional das invasões estrangeiras. A demarcação teve como norte o documento régio nº 4.105 de 1868, cujo artigo primeiro

considerava inseridos nessas áreas estratégicas não somente os espaços banhados por mar, mas, também, "as áreas margeadas por rios navegáveis".

Pouco mais de um século depois, em 1946 - quando o Brasil estava sob a presidência de Eurico Gaspar Dutra, outro documento oficial, desta vez o Decreto-Lei nº 9.760, determinou novas regras. O texto, entre outras coisas, oficializou os terrenos de marinha como bens públicos pertencentes à União. A legislação, contudo, manteve inalterada a linha de preamar média de 1831 estabelecida pelo Império português. A nivelção também era a base do documento régio de 1868.

Já em 2007, as modificações provocadas pelos fenômenos naturais na costa do País serviram de argumento para que fosse remarcada a linha de preamar média brasileira. Segundo a Secretaria do Patrimônio da União (SPU), em razão do avanço do mar, parte dos terrenos de marinha ficou dentro do oceano, reduzindo os 33 metros de direito da União. A Lei Federal nº 11.481 foi a responsável por regulamentar essas mudanças, definindo, inclusive, os novos parâmetros para cobrança dos impostos incidentes nessas áreas.



A porção de terra localizada a 33 metros da linha de preamar são os chamados terrenos de marinha

SEGUNDA CULTURAL



Banda Má Companhia
presenteou público com
clássicos do rock

MÁ COMPANHIA EMOCIONA COM HOMENAGEM A LULA CÔRTEZ

Com uma homenagem ao amigo e multiartista pernambucano Lula Côrtes, que morreu no último dia 26 de março, vítima de um câncer na garganta, a Banda Má Companhia emocionou o público, durante a edição de abril do Projeto Segunda Cultural. A atração principal da noite, o grupo começou a apresentação na Torre Malakoff, no último dia 4, com a música *O Clone*, de autoria do amigo falecido. "A música unia os integrantes da banda a Lula", frisou o vocalista Xandinho.

Clássicos do rock, como *Johnny B. Good*, de Chuck Berry, e *Stand By Me*, de BB King, também fizeram parte do repertório, para alegria dos mais saudosistas. Apresentando-se pela primeira vez no Segunda Cultural, o vocalista do grupo elogiou a iniciativa da Alepe. "O convite foi muito bem-vindo. Tocar aqui é uma experiência nova", observou Xandinho.

A cantora, compositora e percussionista Carla Vaz, acompanhada pelo cantor e compositor Jor Santana, foi a outra atração da noite. Radicada no Recife, a cearense desfilou músicas da MPB, presentes no CD intitulado *Carla Vaz na Intimidade*. "Essa é uma iniciativa brilhante, que mostra os talentos da nossa região", destacou a cantora. Com 20 anos de carreira, Jor Santana presenteou o público do projeto da Alepe com duas canções: *Minha Maçã*, de sua autoria, e *Encontros e Despedidas*, de Milton Nascimento.

O Segunda Cultural acontece sempre nas primeiras segundas-feiras úteis de cada mês. Os artistas não cobram cachê e a entrada é gratuita. O projeto é uma iniciativa da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa de Pernambuco, viabilizado por meio da Assistência de Comunicação Social, com o apoio da Superintendência Administrativa (Supad).



FOTOS: JOÃO RITA

Os cantores Jor Santana e Carla Vaz abrem noite com repertório focado na MPB